



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ofício do Executivo nº 704/2021 – Do Executivo – Encaminha veto ao Autógrafo nº 120/2021, que dispõe sobre a fixação em braile das informações contidas nas gôndolas de padarias, supermercados e estabelecimentos comerciais similares no Município de São João da Boa Vista e dá outras providências.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à manutenção do Veto Integral ao Autógrafo.

PARECER FAVORÁVEL

Plenário Dr. Durval Nicolau 05 de outubro de 2.021.


CARLOS GOMES


JOCELI MARIOZI


APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA GUSTAVO BELLONI


PRESIDENTE

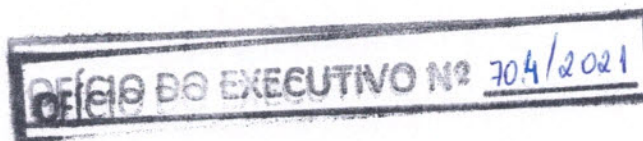


PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

24 de setembro de 2021




Of.GAB.nº **549/2021**

Senhor Presidente:


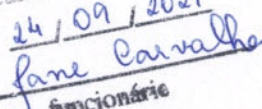
Pelo presente, comunico a Vossa Excelência que, com fundamento no § 1º do Artigo 48 da Lei Orgânica do Município vetei, na sua totalidade, o Autógrafo nº 120/2021, que dispõe sobre a fixação em braile das informações contidas nas gôndolas de padarias, supermercados e estabelecimentos comerciais similares no Município de São João da Boa Vista e dá outras providências.

O autógrafo em referência está sendo vetado com base no parecer da Procuradoria Geral do Município, cuja cópia encaminhamos em anexo, para conhecimento do autor da matéria e da Câmara Municipal.

Renovo nesta oportunidade os protestos de estima e consideração.


MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal

Exmo. Sr. Vereador
RAIMUNDO RUI
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.

 **CÂMARA MUNICIPAL**
Decisão: 24/09/2021

funcionária



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SÃO JOÃO DA BOA VISTA
SÃO PAULO

PARECER

Parecer 31/2021 – PGM-E

Assunto: Autógrafo nº 120/2021

Trata-se de Autógrafo nº 120/2021, que “*dispõe sobre a fixação em braille das informações contidas nas gôndolas de padarias, supermercados e estabelecimentos comerciais similares no Município de São João da Boa Vista e dá outras providências*”

É certo que, nos termos do §1º do art. 48 da Lei Orgânica do Município, o Prefeito, considerando o projeto inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis.

A mesma Lei Orgânica do Município de São João da Boa Vista estabelece em seu art. 45 a exclusividade de iniciativa do prefeito de leis que disponham sobre - *III – criação, estruturação e atribuições de Secretaria ou departamento equivalente e órgãos da Administração Pública, e IV – matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.*

Assim, em se constatando que a execução da lei irá estabelecer atribuições a Departamentos Municipais ou, ainda, demandar despesas, o projeto poderá ser vetado por ser inconstitucional.

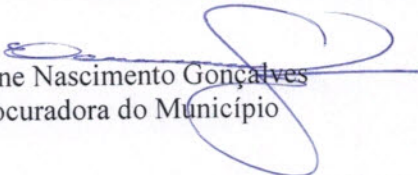
A nosso ver, s.m.j., o autógrafo em questão traz atribuições a departamentos da Administração Pública, inclusive com provável geração de despesas para o Município. Até porque, para a aplicação da lei, será necessária uma ampla, consistente e eficiente fiscalização do Poder Público.

Portanto, com a devida vênia, para esta Procuradoria estaria configurado no presente caso o vício de iniciativa, hipótese de veto.

Caso Vossa Senhoria entenda oportuno e conveniente o autógrafo em questão, poderá vetá-lo e então apresentá-lo de sua iniciativa, porém, não sem antes consultar os departamentos/setores competentes, para uma revisão integral do projeto e também para que se manifestem quanto à aplicabilidade, conveniência, teor e oportunidade do presente autógrafo.

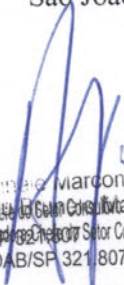
É o parecer, s.m.j., que não vincula a decisão da autoridade competente.

São João da Boa Vista, 09 de setembro de 2021.


Eliane Nascimento Gonçalves
Procuradora do Município

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista, 10 de Setembro de 2021.


Marcon
Procurador do Município
OAB/SP 321.807

Recebido em ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL

Rua Antonina Junqueira, 195 - 2º andar - Centro
Tel.: (19) 3634-4111

CEP: 13870-902 - São João da Boa Vista - SP
www.saojoaodaboavista.sp.leg.br

Atendimento ao Cidadão: ouvidoria@camarasjbv.sp.gov.br
Relações Institucionais: contatocmsjbv@gmail.com

AUTÓGRAFO Nº 120, DE 31 DE AGOSTO DE 2021.

“Dispõe sobre a fixação em braile das informações contidas nas gôndolas de padarias, supermercados e estabelecimentos comerciais similares no Município de São João da Boa Vista e dá outras providências.”

(Autora: Vereadora Aline Luchetta- REDE)

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:-

Art. 1º – Fica determinada a fixação em braile das informações contidas nas gôndolas de padarias, supermercados e estabelecimentos comerciais similares no município de São João da Boa Vista para atendimento às pessoas com deficiência visual.

Art. 2º – As etiquetas deverão estar expostas no mesmo local de fácil acesso para o portador de deficiência visual ou de seu acompanhante, contendo o nome dos produtos, quantidade, e seus respectivos preços.

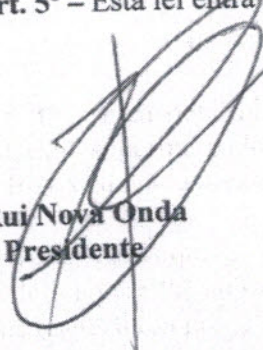
Art. 3º- O descumprimento do disposto previsto no *caput* deste artigo sujeitará ao infrator multa entre os valores de R\$ 1.000,00 (mil reais) e R\$ 10.000 (dez mil reais), após regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

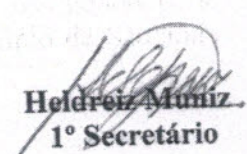
Parágrafo único- No caso de reincidência, a multa prevista no *caput* deste artigo será aplicada em dobro.

Art. 4º – O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

MESA DA CÂMARA MUNICIPAL


Rui Nova Onda
Presidente


Helder Muniz
1º Secretário

Secretaria da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um (31.08.2021).